

REVISTA DE  
**HISTÓRIA**  
DAS IDEIAS



ARTES

VOLUME 32, 2011

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## ESCOLAS EM ANGOLA DURANTE O ESTADO NOVO: ARQUITECTURA E ARTE

### 1. Construções escolares na metrópole

O Estado Novo introduz reformas significativas no sistema educativo português. Entre as que se repercutem directamente na construção de novos edifícios escolares destinados ao ensino secundário e liceal, encontram-se os planos de 1938 e de 1958, que cronologicamente acertam com investimentos em equipamentos semelhantes nos espaços coloniais portugueses. Procura-se então definir uma rede educativa fora da metrópole, cujo principal objectivo é promover condições mínimas para a criação de elites locais. Nesse sentido, o próprio edifício é portador de valores estéticos, mas principalmente funcionais, que incutem uma maior proximidade à cultura metropolitana enquanto interpretam as especificidades locais procurando soluções arquitectónicas adequadas ao clima.

O ensino em Portugal, considerado uma peça fundamental na construção de uma ideologia de regime, conhece logo em 1936, pela mão do ministro da Instrução Pública\*<sup>(1)</sup> António Carneiro Pacheco (1887-1957),

\* Docente do ISCTE. Instituto Universitário de Lisboa e investigadora do Dinâmia\_CET.

<sup>(1)</sup> Cujo Ministério passará a ser designado como da Educação Nacional pela Lei n° 1941, de 11 de Abril, promulgada nesse mesmo ano (Rosas; Brito, 1997: 571).

uma remodelação do Ministério de Instrução Pública que "privilegia a educação moral ao serviço da Família e do Estado" (Moniz, 2007: 138)<sup>(2)</sup>. O ano de 1936 é igualmente marcado pela formação da Mocidade Portuguesa (MP), a 19 de Maio, cujo objectivo, como explica Gonçalo Canto Moniz em *Arquitectura e Instrução*, é "moldar [através da escola], a juventude aos ideais do Estado Novo" (Moniz, 2007:138). A partir da sua fundação, a MP tem um lugar privilegiado na escola portuguesa, quer em termos ideológicos quer materiais, beneficiando inclusive de instalações próprias fixadas nos programas arquitectónicos que orientam as novas construções (Marques, 2003:127).

Num tempo próximo à formação do Estado Novo, ainda em 1928, toma-se uma primeira medida, que visa precisamente "resolver o problema das instalações liceais", criando a Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário (JAEES)<sup>(3)</sup>, lançada quando Duarte Pacheco (1899-1943)<sup>(4)</sup> ocupa o cargo de ministro da Instrução Pública (Marques, 2003: 62; Moniz, 2007:135). A sua missão inaugural passa pelo levantamento das "condições materiais em que [funcionam] os liceus" de modo a elaborar um orçamento que respeite projectos já existentes, assim como os pareceres dos reitores e dos respectivos conselhos escolares (Marques, 2003: 63). Em 1930, são lançados concursos para a edificação de novos liceus<sup>(5)</sup>. O período corresponde à aplicação de um ideário moderno e simultaneamente ao aprofundamento de um "conjunto de documentos que [funcionam] como um programa-tipo" (Moniz, 2007:143), reunidos

<sup>(2)</sup> A relação entre arquitectura e instrução no período que vai desde 1836, ano da criação oficial dos liceus em Portugal, a 1936, quando se assume o vínculo do ensino liceal ao novo regime político foi tratada por Gonçalo Canto Moniz (Moniz, 2007).

<sup>(3)</sup> Também conhecida por "Junta dos Quarenta Mil", já que tinha como "objectivo administrar e aplicar um empréstimo de 40.000.000\$00 a contrair à Caixa Geral de Depósitos" (Moniz, 2007: 136).

<sup>(4)</sup> Futuro Ministro das Obras Públicas de Salazar entre 1932 e 1936 e depois novamente de 1938 a 1943.

<sup>(5)</sup> Resultam deste processo os liceus de Beja, Coimbra e Lamego. O Liceu feminino D. Filipa de Lencastre, contemporâneo das anteriores realizações, é consequência de uma encomenda directa, primeiro ao arquitecto Carlos Ramos, depois a Jorge Segurado (Alegre, 2009: 230 ss.).

sob o título *Condições Gerais*<sup>(6)</sup>. Obtém-se assim um suporte normativo que homogeneiza as soluções arquitectónicas, tornando-as reproduzíveis em novos edifícios - o que corresponde à criação de uma "cultura de projecto" desenvolvida a partir de uma visão funcionalista e apoiada numa estrutura técnica centralizada em Lisboa.

É também em 1930, que a JAEES transita para a tutela do Ministério das Obras Públicas (MOP), e a 10 de Agosto de 1934 passa a designar-se Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (JCETS), nome que mantém até 1969 (Marques, 2003: 66-69). A alteração é justificada, como adianta o investigador Fernando Moreira Marques na sua síntese sobre os liceus estado-novistas, por uma mudança estratégica. Abandona-se uma política de gestão de empréstimos contraídos na banca, realizada pela JAEES na "melhoria das instalações" existentes, para a obrigação atribuída à JCETS de promover o "estudo e construção de novos edifícios" (Marques, 2003: 68).

Até 1937, a JCETS encerra os processos entretanto iniciados e no ano seguinte estão criadas as condições que permitem lançar um plano de trabalhos mais ambicioso, repartido entre a obra nova<sup>(7)</sup> e a requalificação do património existente. O *Programa de construções, ampliações e melhoramentos de edifícios Uceais* arranca então com a aprovação do Decreto-Lei n.º 28.604 de 21 de Abril, tornando-se conhecido como Plano de 1938. A maioria dos projectos promovidos pela JCETS, é da responsabilidade de um conjunto de arquitectos que integra o seu quadro técnico, casos de José Costa Silva, José Sobral Blanco, António José Pedroso e Francisco Assis (Marques, 2003:110; Alegre, 2009: 253)<sup>(8)</sup>.

<sup>(6)</sup> Este conjunto de documentos inclui as *Condições Especiais*, e as *Bases para a Construção de Liceus (Acabamentos)* (Moniz, 2007:142-143; Alegre, 2009:237-240).

<sup>(7)</sup> "O plano previa, na primeira versão, a edificação de 10 liceus novos completos ainda sem projecto, em Castelo Branco, Chaves, Faro, Lisboa (2), Santarém, Viana do Castelo, Viseu, Porto e Coimbra" e a finalização do Liceu Filipa de Lencastre, já mencionado (Marques, 2003: 70). A concretização deste programa abrangia "uma população escolar correspondente a 197 turmas (aproximadamente 6895 alunos)" (Marques, 2003: 71).

<sup>(8)</sup> Embora tenham sido encomendados vários projectos a arquitectos não vinculados à JCETS, apenas dois dos edifícios construídos correspondem a recrutamentos externos: Jorge Segurado que está encarregue do Liceu D. Filipa de Lencastre e Januário Godinho que projecta o Liceu Gonçalo Velho para Viana do Castelo (Marques, 2003: 110; Alegre, 2009: 253).

Como refere ainda Moreira Marques, "novas práticas de trabalho [são] então introduzidas, contribuindo para a unidade de concepção arquitectónica dos novos liceus, onde são visíveis as marcas de influência nacionalista" (Marques, 2003: 69). Na prática isto significa substituir o figurino moderno seguido nos liceus resultantes dos concursos públicos de 1930, por um novo formulário arquitectónico, próximo de uma estética mais representativa do Estado Novo e por isso de maior cunho monumental e historicista.

O Plano de 1938 prolonga-se até 1952, com a inauguração dos últimos dois liceus, entretanto concluídos. Em 1958 surge um novo plano, que corresponde a uma segunda fase, aprovado pelo Decreto-Lei nº 41.572 de 28 de Março (Alegre, 2009: 263) destinado à realização de 16 novos liceus a construir num prazo de oito anos (Marques, 2003: 72). Como esclarece Maria Alexandra Alegre, na sua tese de doutoramento sobre o edifício *Liceu* em Portugal, "a equipa inicial [...] é reforçada com a entrada dos arquitectos Augusto Brandão e Maria do Carmo Matos" no final da década de 1950, reflectindo-se em "novas premissas associadas à concepção dos estudos normalizados e projectos-tipo desenvolvidos" (Alegre, 2009: 263)<sup>(9)</sup>.

Novas orientações são elaboradas como as *Normas para as instalações dos Liceus* ou o *Estudo de Composição dos varios Tipos de Liceus*. É no primeiro documento que se faz a "defesa de uma Apologia linear assente na organização dos espaços lectivos ao longo de um corredor central [...] ou lateral para as salas destinadas ao ensino teórico" (Alegre, 2009:265). A organização linear é igualmente dominante na maioria das concretizações de edifícios escolares realizados no mesmo intervalo de tempo, entre 1956 e 1960, pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU), que trabalha em exclusividade para os territórios coloniais. Só que aqui o corredor fechado é substituído por galerias abertas - mais apropriadas aos trópicos - que correm ao longo das fachadas. Reforça-se contudo a ideia de que existe uma organização funcional padrão que se reflecte nos edifícios promovidos pelos dois organismos estatais, JCETS e GUU, embora estes, à época, não partilhem os mesmos profissionais.

<sup>(9)</sup> Luís Benavente, autor do Liceu de Guimarães, Ruy d'Atouguia, projectista do Liceu Padre António Vieira e António Maria Matos Veloso, responsável pelo Liceu da Guarda são os únicos arquitectos contratados fora da JCETS (Alegre, 2009: 263).

No final dos anos de 1930, antes portanto do Gabinete existir, José Costa Silva, funcionário da JCETS, é encarregue dos projectos de liceu construídos nas principais capitais das colónias africanas, Luanda e Lourenço Marques, actual Maputo, como se verá.

## **2. José Costa Silva e o novo edifício para o Liceu de Luanda**

Segundo Moreira Marques, deve-se ao arquitecto José Costa Silva, o contributo mais importante na definição de uma feição arquitectónica para os novos liceus da JCETS. O investigador refere-se naturalmente ao estabelecer de uma "uniformidade de princípios arquitectónicos" (Marques, 2003: 110) capaz de celebrar uma linguagem evocativa do regime, sem colocar em causa a continuidade da aplicação, ao serviço das novas construções escolares que avançam com o Plano de 1938, de critérios económicos e funcionais, testados nos concursos dos anos de 1930. Responsável por seis dos treze projectos executados entre 1939 e 1948, desenha o primeiro edifício liceal a ser concretizado em território metropolitano no âmbito deste programa - o Liceu Sá da Bandeira, de 1939, em Santarém - que "fixou muitas das características gerais do modelo" (Marques, 2003:112).

Da sua autoria são ainda os liceus Nuno Álvares (Castelo Branco, 1940), S. João de Deus (Faro, 1942), Gil Vicente e D. João de Castro (Lisboa, 1944 e 1945, respectivamente), e José Estêvão (Aveiro, 1947) (Marques, 2003: 111), realizações posteriores ao arranque do projecto do liceu angolano Salvador Correia. Entre as tipologias manipuladas por Costa Silva, destaca-se o pátio fechado que caracteriza três das soluções propostas. O recurso compositivo à simetria axial, corrente na disposição geral destes liceus, é consequência da "interpretação natural do programa", como se lê na memória descritiva do projecto de Santarém (Silva in Marques, 2003: 122) e que se detecta nas suas diversas obras. A distribuição interna reflecte, como era prática corrente nos projectos da Junta, "uma racionalidade funcional baseada na separação dos espaços de ensino e de circulação de acordo com a estrutura curricular, na frequência masculina e feminina e na centralidade dos espaços de direcção, administração e representação" (Marques, 2003:124).

Estas soluções são em parte antecipadas na proposta que Costa Silva desenvolve a partir de 1936 para as novas instalações do Liceu Salvador

Correia, em Luanda. A influência desta experiência africana nos liceus metropolitanos que desenha depois não deve ser ignorada.

A "construção de um edifício próprio para o Liceu" na capital angolana é determinada pelo Decreto-Lei n° 22.793 de 30 de Junho de 1933 (Carvalheira in Correia, 2009: 21)<sup>(10)</sup>. No ano seguinte, o arquitecto Sá Menezes<sup>(11)</sup> surge como responsável pelo *Anteprojecto do Liceu Central Salvador Correia*, realizado localmente, com uma proposta que passa por distribuir os diversos componentes programáticos por um conjunto de pavilhões independentes. Não foi ainda localizada uma planta que dê informações quanto à composição geral deste complexo escolar, nem dados quanto à sua implantação, muito embora os terrenos tivessem sido escolhidos em 1933, situando-se então fora do perímetro urbanizado da cidade, na Avenida Brito Godins, actual Avenida Lenine (Maria in Correia, 2009: 15). São todavia conhecidos os desenhos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), destinados ao Pavilhão para Aulas, Reitoria e Biblioteca; Laboratórios; Oficinas; e Ginásio, reproduzidos entre Julho e Outubro de 1934. O traçado manifesta uma forte inclinação pela linguagem *art deco* que assinala parte da produção arquitectónica qualificada nas regiões ultramarinas sob jurisdição portuguesa anterior à Segunda Guerra. Trata-se de uma solução programática sem correspondência na metrópole, onde a organização pavilhonar não só não se insere nos esquemas funcionais do Plano de 1938, como não integra a tradição anterior. Provavelmente é esta a razão que determina o parecer desfavorável emitido pela JCETS, inviabilizando a sua construção (Carvalheira in Correia, 2009: 23)<sup>(12)</sup>.

<sup>(10)</sup> A existência deste equipamento escolar na capital da antiga província ultramarina remonta a 15 de Setembro de 1919, tendo ocupado diferentes edifícios não vocacionados para o ensino antes do ano lectivo de 1941-1942, data da conclusão do projecto de Costa Silva (Santos, 1998: 463).

<sup>(11)</sup> O mesmo autor aparece ligado ao projecto do Palácio do Comércio, em Luanda, datado de Janeiro de 1930, em co-autoria com o arquitecto Batalha, segundo Relação das Obras referidas no telegrama 763 de 4 de Outubro de 1944, de Sua Excelência, o Ministro das Colónias [1142 1H MU DGOPC 1937-1948 ANG]. Arquivo Histórico Ultramarino.

<sup>(12)</sup> Posteriormente, na memória descritiva do novo Liceu, justifica-se o abandono de uma estrutura pavilhonar por questões economicistas e disciplinares, considerando-se genericamente que pode esta Apologia "promover uma grande dispersão dos vários serviços liceais, dificultando a manutenção

Na sequência da recusa do projecto, Antonio Lopes Mateus (1877-1955), Governador-Geral de Angola entre 1935 e 1939, solicita ao Ministério das Colónias (MC), presidido por Francisco Machado (1898-1972), que a nova proposta seja da responsabilidade da JCETS, o que será decidido em despacho ministerial de 2 de Dezembro de 1936. Pela primeira vez, desde a sua fundação, a Junta enfrenta a construção de um liceu nos trópicos. Não tomando a si a responsabilidade do projecto, permite todavia que este seja "executado pelo [seu] pessoal técnico, sem intervenção oficial da mesma". É neste contexto que Costa Silva é incumbido de o executar, ficando o projecto "concluído no mês de Julho de 1937" (Carneiro, 1940: 2)<sup>(13)</sup>. Completam a equipa projectista, para lá dos desenhadores, os engenheiros José Frederico Ulbrich, estruturas de betão armado; Aguiar, cálculo da cobertura metálica; e Lopes Monteiro, cálculo e desenhos da instalação eléctrica<sup>(14)</sup> <sup>15</sup>. As obras são adjudicadas à Sociedade Técnica de Engenharia de Angola, Limitada, por contrato de 10 de Novembro de 1938, decidido pelo Governador-Geral, em delegação do ministro das Colónias.

O *Estudo do Liceu Salvador Correia para Luanda*<sup>(15)</sup> elaborado em Lisboa descreve um edifício realizado para acolher uma população escolar de 560 estudantes distribuídos por 16 turmas (Programa, s/d: 1). Tal como acontece nos liceus metropolitanos, o número de alunos por turma reflecte-se na organização da planta assim como nas dimensões das diversas unidades. A intenção de que as condições gerais adoptadas sejam idênticas às seguidas em Portugal surge no ponto 2 do

da disciplina" (JCETS, *Estudo do Liceu Salvador Correia para Luanda*, Memória Descritiva, s/d: 4) [1142 1H MU DGOPC 1937-1948 ANG]. Arquivo Histórico Ultramarino.

<sup>(13)</sup> Ruy de Sá Carneiro [Director Geral], Repartição Obras Públicas, Portos e Viação - A construção do novo Liceu Central de Luanda, Lisboa 10 de Abril de 1940 [1169 1H SEMU\_MU DGOPC 1897-1950 ANG]. Arquivo Histórico Ultramarino.

<sup>(14)</sup> Folha de pagamentos redigida por José de Lencastre e Távora e dirigida ao Director Geral do Fomento Colonial, 26 de Julho de 1937 [1169 1H SEMU\_MU DGOPC 1897-1950 ANG]. Arquivo Histórico Ultramarino.

<sup>(15)</sup> Informações referentes ao Programa e Memória Descritiva encontram-se no documento, *Estudo do Liceu Salvador Correia para Luanda*, da responsabilidade da JCETS, s/d, s/a [1169 1H SEMU\_MU DGOPC 1897-1950 ANG]. Arquivo Histórico Ultramarino.



programa<sup>(16)</sup>. O novo equipamento escolar é sinalizado como o "centro intelectual de toda a colonia" (Programa, s/d: 2) reforçando o significado político e simbólico da sua presença urbana em Luanda.

O "problema arquitectónico", propriamente dito, é reportado na memória descritiva. Reconhece-se a inexperiencia da JCETS em projectos destinados aos territorios ultramarinos, e que as informações reunidas "acerca das construções desta natureza existentes nas regiões de clima análogo, como as índias inglesas, neerlandesas, Congo Belga, etc." são insuficientes. Opta-se, por isso, por uma solução "*à ratione*" inscrita na tradição projectual da Junta (Memória Descritiva, s/d: 3). É também neste documento que se justifica porque se abandonam as "normas arquitecturais modernas", provavelmente herdadas dos liceus modernistas do início dos anos de 1930, preteridas em função da "conveniência em dar à construção um carácter que evocasse a Mai-Pátria" (Memória Descritiva, s/d: 3-4). Dentro da mesma lógica, justifica-se a adopção de "um tipo de construção inspirado nas edificações conventuais" portuguesas, ou seja, elege-se o pátio fechado: "As galerias que o circundam funcionariam naturalmente como recreios cobertos: e, para provocar uma fácil ventilação, o claustro típico seria ligeiramente modificado pelo rasgamento de uma das suas faces, transformada em 'loggia' destinada também a recreio coberto" (Memória Descritiva, s/d: 4-5).

<sup>(16)</sup>a) isolamento das repartições acessíveis ao público das repartições propriamente escolares; b) isolamento parcial das instalações correspondentes a cada um dos ciclos do curso geral, e destes do curso complementar; c) localização adequada das instalações comuns a todos os alunos (biblioteca, museu, refeitório, associação escolar, ginásio, balneário, etc.); d) atribuição de uma sala de aula privativa (aula normal) a cada turma; e) atribuição de um anfiteatro de demonstrações para o 2º ciclo, e de laboratório para o curso complementar; f) máxima concentração das repartições, mínimo de espaço para cada uma, mínima distância entre elas" (Programa, s/d: 1-2). Quanto às "condições especiais, dependentes do clima de Luanda", estas são expostas na página seguinte: "a) grandes possibilidades de arejamento de todas as suas repartições; b) grande superfície de recreios cobertos, ou de galerias desempenhando essa função; c) defeza das paredes exteriores e coberturas contra a insolação e a humidade; isolamento hidrófugo entre as fundações e as paredes em elevação; grande caixa de ar subjacente ao 1º pavimento; d) desenvolvimento das repartições destinadas a balneários" (Programa, s/ d: 3) [11691H SEMU\_MU DGOPC1897-1950 ANG]. Arquivo Histórico Ultramarino.

Na busca por uma arquitectura simultaneamente evocativa dos valores nacionais e adaptada ao clima angolano, Costa Silva propõe uma solução para os vãos inspirada na arquitectura tradicional alentejana, recorrendo a "adufas em cerâmica, ou moldadas em cimento" (Memória Descritiva, s/d: 5). Já a pluviosidade corrente nestes climas reflecte-se na forte inclinação dos telhados. A introdução da torre sineira, que marca vertical e urbanamente o liceu, surge como um "elemento tradicional" com o fim de imprimir ao edifício um cunho de nobreza e dignidade compatíveis com o primeiro edifício cultural da colónia" (Memória Descritiva, s/d: 14). Admite-se que os técnicos locais possam sugerir modificações, não pretendendo, como se afirma, "apresentar uma solução definitiva" (Memória Descritiva, s/d: 6).

Em Luanda, a Comissão de avaliação da Secretaria da Repartição Central dos Serviços de Obras Públicas, constituída por Afonso Brandão de Vasconcelos, Luiz Aguiar e Mário de Oliveira e Castro manifesta-se favoravelmente ao projecto enviado de Lisboa, em parecer datado de 24 de Setembro de 1936, reforçando o carácter diferenciado que este ostenta face à tradição colonial da década de 1930.

"E assim, embora não sejam previstas varandas, como é vulgar nos climas tropicais, é de crer que o emprego de paredes duplas contribua para diminuir o efeito dos raios solares, sendo também de esperar que o sistema das persianas ou adufas empregadas nos dois terços superiores das janelas contribua para permitir uma ventilação intensa que torne frescas as salas. De modo que, parecendo-nos que as disposições adoptadas satisfazem às exigências do clima, também o efeito arquitectónico obtido merece o nosso aplauso, porquanto, não só o edifício tem uma certa imponência, adequada à importância do objectivo a que se destina, de liceu da capital da nossa maior Colónia, como oferece um aspecto novo aqui, evocativo de alguns dos aspectos mais característicos da Mãe Pátria, como se diz na memória descritiva" (Comissão, 1936:1)<sup>(17)</sup>.

Consagra-se assim uma expressão nacionalista e, paralelamente, lançam-se princípios que podem nortear o projecto de construções oficiais

<sup>(17)</sup> Afonso Brandão de Vasconcelos, Luiz Aguiar e Mário de Oliveira e Castro, comissão de avaliação da Repartição Central dos Serviços de Obras Públicas, Luanda, 24 de Setembro de 1936 [11691H SEMU\_MU DGOPC1897-1950 ANG]. Arquivo Histórico Ultramarino.

em solo colonial, através da sugestão de uma arquitectura inspirada nas expressões regionais portuguesas e adaptável às condições locais. Considerações mais aprofundadas sobre a construção em climas quentes são dadas aquando do projecto do Liceu Salazar para Lourenço Marques, actual Maputo, Moçambique<sup>(18)</sup>, já de 1944 - cujo arranque ter-se-á dado entre 1939-1941 -, também da autoria de Costa Silva<sup>(19)</sup>, reflectindo a experiência entretanto acumulada. Aqui, o "regresso" a soluções mais modernas verifica-se, p.e., na opção do uso de coberturas planas, "tendo em vista o efeito estético da construção" (Memória Descritiva, 1944:20)<sup>(20)</sup>, neutralizando-se aparentemente o cunho "regional nacionalista" do projecto angolano. Uma análise comparativa com o Liceu lisboeta Gil Vicente, do mesmo ano, de traçado notoriamente historicista, levanta novamente a questão estilística, ao interpelar o relacionamento dos arquitectos integrados nos organismos públicos com as obrigações de representatividade dos equipamentos oficiais.

Costa Silva será ainda o responsável pelo projecto das instalações de Educação Física do Liceu de Salvador Correia, datado de Novembro de 1945, não construídas. Justifica a sua importância no programa que submete a 15 de Setembro de 1943 ao Director Geral do Fomento Colonial, comparando a situação portuguesa com a África do Sul, que pontualmente surge como modelo de referência no tratamento programático e não estilístico: "Tanto mais que o Liceu de Luanda é o primeiro edifício cultural de Angola, e que no território vizinho da União Sul Africana as escolas dispõem de instalações modelares para a educação física" (Programa, 1943:2)<sup>(21)</sup>. Neste âmbito, projecta uma piscina coberta,

<sup>(18)</sup>Actual Escola Secundária Josina Machel.

<sup>(19)</sup> José Costa Silva e Américo Pedrosa Valente, Liceu Salazar, Lourenço Marques, Tomo 1, Memória Descritiva e Justificativa: 6-8 [2613 1C MU DGOPC MÇ 1944 MOÇ]. Arquivo Histórico Ultramarino.

<sup>(20)</sup>"Tor outro lado não se compreende que num edificio onde se exhibe a técnica da construção de hoje em toda a sua exuberância se lance mão de um sistema de cobertura de expressão de certo modo primitiva" (Memória Descritiva, 1944: 20) [2613 1C MU DGOPC MÇ 1944 MOÇ]. Arquivo Histórico Ultramarino.

<sup>(21)</sup> José Costa Silva, Ministério das Colónias - Direcção Geral de Fomento Colonial, Repartição de Obras Públicas, Portos e Viação, Colónia de Angola, Estabelecimento de Ensino, Liceu de Salvador Correia, em Luanda, Instalações de Educação Física, 15 de Setembro de 1943 [1142 1H MU DGOPC 1937-1948 ANG]. Arquivo Histórico Ultramarino.

dentro de um regime de excepção em relação aos "programas dos Liceus da Metrópole [...] considerando porém as circunstâncias que fazem dos liceus das colónias de Angola e Moçambique um caso especial" (Memória Descritiva, s/d: 1)<sup>(22)</sup>. Admite-se, portanto, a excepcionalidade dos liceus africanos nos seus contextos regionais.

Progressivamente, os princípios reguladores das construções para os territórios ultramarinos ganham autonomia face aos programas metropolitanos. O panorama clarifica-se com a criação do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) através do Decreto n.º 34.173 de 6 de Dezembro de 1944, por Marcelo Caetano (1906-1980), que ocupa a tutela do MC entre 1944 e 1947 (Milheiro; Dias, 2009: 82). Actuando em exclusividade para as regiões coloniais, a partir de Lisboa, o GUC reúne ao longo dos seus 30 anos de existência, equipas de projectistas que vão marcando diferentes abordagens quer programáticas, como estilísticas e mesmo construtivas. A partir de 1956, quando ostenta a designação de Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU), na sequência das alterações constitucionais de Maio de 1951 (Milheiro; Dias, 2009: 85), e com o ingresso de uma geração mais nova, onde sobressaem arquitectos como Luiz Possolo ou Fernando Schiappa de Campos, as construções escolares merecem uma atenção redobrada.

### **3. Das escolas dos Gabinetes de Urbanização Colonial às obras projectadas em Angola**

Na segunda metade da década de 1950, intensificam-se os projectos escolares destinados a liceus e escolas do ensino profissional desenvolvidos pelos Gabinetes de Urbanização<sup>(23)</sup> do Ministério do Ultramar (MU) como comprovam os 18 processos à guarda do AHU<sup>(24)</sup> destinados

<sup>(22)</sup> Liceu Salvador Correia - Luanda, Projecto da Piscina, vol. 1, s.d. [1142 1H MU DGOPC 1937-1948 ANG]. Arquivo Histórico Ultramarino.

<sup>(23)</sup> A primeira designação deste organismo é Gabinete de Urbanização Colonial (GUC, 1944-1951); segue-se o Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU, 1951-1957) sob a tutela do Ministério das Colónias e do Ultramar, respectivamente. A reforma de 1957 dá lugar à Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação (DSUH) sob tutela da Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações (DGOPC) do MU. O organismo é extinto em 1974 com a revolução de Abril.

<sup>(24)</sup> O número total de projectos escolares que pode ser atribuído ao GUU não é ainda conclusivo, encontrando-se a decorrer um projecto de investigação que

às diversas províncias que compõem o quadro colonial português da época e que abrange, para lá do continente africano, Macau, Timor e a então Índia Portuguesa. A década coincide também com um momento "representativo quanto ao desenvolvimento da instrução pública, em Angola [...] aumentando o número de estabelecimentos [,] alargando os respectivos quadros docentes [e] a população discente" (Santos, 1998: 544). Neste mesmo período assiste-se ao crescimento do ensino técnico e profissional em Portugal, condição que se reflecte nos territórios coloniais. Em *Cultura, Educação e Ensino em Angola*, Martins dos Santos descreve a introdução deste grau de ensino na província, esclarecendo que a reforma promulgada na metrópole a 19 de Junho de 1947 é "tornada extensiva ao Ultramar, embora com inúmeras alterações" a 15 de Março de 1952 (Santos, 1998: 543)<sup>(25)</sup>.

Liceus e Escolas Profissionais projectadas nos gabinetes centrais em Lisboa para as colónias portuguesas: 1934-1960									
Localidade/Instituição	Abrete	Identificação	Localização	Ano	Arquiteta	Local em estudo	Localização	Superfície	Projeção
<b>Escolas Gerais</b>									
Liceu "Safedor Correia"			Lusanda	1934	Sá Mameos	Lisboa		não construído	
Liceu Nacional Salvador Correia/Liceu de Lusanda	JCFYS		Lusanda	1936/1943	José Ceita Silva	Lisboa	560	construído	ent/fo
Liceu Nacional Sérgio Cão			Sá de Bandeira	1939		Lisboa		construído	
Ampliação do Liceu Sérgio Cão	GUJ	Trab. 104	Sá de Bandeira	1939	Jóão Aguiar/Eurico Pinto Lopes	Lisboa	550	construído	
Escola de Artes e Ofícios Artur de Paiva			Sá de Bandeira	1944	Vasco Pereira de Lacerda Marques	Lisboa		construído	
Escola Industrial e Comercial Sarmiento Rodrigues			Ilheos Luísa	1952	Alberto Braga de Sousa	Lisboa		construído	
Escola Comercial e Industrial de Luanda	GUJ	Trab. 332	Luanda	1952	José Manuel Balthazar Zifão	Lisboa	590	construído	ent/fo
Liceu Fernando D. Gomes de Beccaria	GUJ	Trab. 404	Luanda	1954/1958	Luísinho Cruz/Eurico Pinto Lopes	Lisboa	730	construído	f
Anteprojeto Escola Técnica Elementar de Malange	GUJ	Trab. 470	Malange	1955	Fernando Schiappa de Campos	Lisboa	340	ent/fo	
Escola Comercial do Lubito	GUJ	Trab. 482	Lubito	1956	Fernando Schiappa/Luísinho Cruz	Lisboa	500	não construído	ent/fo
Escola Comercial do Lubito	DIGOPC_DSHH	Trab. 482 A	Lubito	1960	Luís Passos	Lisboa	500	não construído	ent/fo
Escola Técnica Elementar Silva Porto	GUJ	Trab. 487	Silva Porto	1956	Fernando Schiappa/Luísinho Cruz	Lisboa	390	construído	ent/fo
Liceu de Nova Lisboa	DIGOPC_DSHH	Trab. 546	Nova Lisboa	1957	Fernando Schiappa de Campos	Lisboa	720	construído	ent/fo
<b>Escolas de Especialização</b>									
Liceu Nacional Salazar	JCFYS		L. Henrique	1939/1944	José Ceita Silva	Lisboa	600/710	construído	ent/fo
Escola Técnica Sá de Bandeira		Proc. 31222	L. Henrique	1942		Lisboa		construído	ent/fo
Revisão Escola Industrial e Comercial de Quilimane	DIGOPC_DSHH	Trab. 488	Quilimane	1958	Fernando Schiappa de Campos	Lisboa	515	construído	ent/fo
Escola Técnica Elementar de Namupa	GUJ	Trab. 364	Namupa	1959	Fernando Schiappa/Luísinho Cruz	Lisboa	360	construído	
Escola Técnica Elementar de Inhambane	GUJ	Trab. 363	Inhambane	1956	Fernando Schiappa/Luísinho Cruz	Lisboa	440	construído	ent/fo
Liceu de António Enxé	GUJ	Trab. 369	L. Marques	1956	Luísinho Cruz/Eurico Pinto Lopes	Lisboa	440	construído	ent/fo
Escola Industrial e Comercial Fátima de Andrade	GUJ	Trab. 510	Beira	1955	Eurico Pinto Lopes/Fernando Schiappa/Luísinho Cruz	Lisboa	2050	construído	ent/fo
Liceu de Pedro Anacleto	GUJ	Trab. 511	Beira	1958	Eurico Pinto Lopes/Luísinho Cruz	Lisboa	720	construído	ent/fo
<b>Escolas de Artes</b>									
Anteprojeto do Liceu da Guiné	DIGOPC_DSHH	Trab. 492	Bissau	1959	Eurico Pinto Lopes	Lisboa	440	construído	ent/fo
<b>Escolas de Ciências</b>									
Liceu Gil Barnes	DIGOPC_DSHH	Trab. 412	Timor-Leste	1960	Eurico Pinto Lopes	Lisboa	800	construído	ent/fo
<b>Escolas de Música</b>									
Liceu Infante D. Henrique	GUJ	Trab. 593	Macau	1956	Jóão Aguiar (director interno)	Lisboa		demolido	ent/fo

Liceus e Escolas Profissionais projectadas pelos serviços centrais de Lisboa, para as regiões ultramarinas, entre 1934 e 1960, a partir dos projectos existentes no AHU (Ana Vaz Milheiro, 2010)

visa conhecer a totalidade da sua produção e do qual sou investigadora responsável (PTDC / AUR- AQI /104964 / 2008).

<sup>(25)</sup>É "aplicada também a lei que [regula] o ensino industrial e comercial, sob a designação de *Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial*, de 25 de Agosto de 1948, com alterações diversas, adaptando-a ao condicionalismo dos territórios africanos" (Santos, 1998: 543).

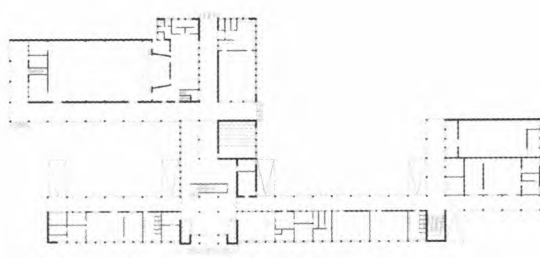
Paralelamente, as comunidades africanas começam a exigir estruturas que as equiparem à sociedade metropolitana, utilizando para o efeito a imprensa local. Estas reivindicações acabam muitas vezes por ter receptividade junto do poder de decisão sediado em Lisboa, até porque se inserem nas medidas desenvolvimentistas tomadas pelo regime durante os anos de 1950 com objectivo de travar a pressão dos movimentos independentistas que começam a surgir nos meios internacionais. [Fig. 1] Ainda em 1941, p.e., o jornal *Notícias da Huila* dá conta da escassez de serviços públicos na região, destacando a falta de uma rede educativa, indispensável na formação de uma elite colonial e que incentive a fixação das populações.

"Recebeu [...] a Huila a visita do ministro das Colónias, sr. Dr. Vieira Machado, que aqui se demorou uns dias verificando pessoalmente as necessidades da população, a urgência dos seus problemas, as condições do meio e as vantagens para a Colónia da instalação de dois estabelecimentos de ensino de carácter prático, que, juntamente com o Liceu, completariam um todo educacional em que poderia ingressar a mocidade aqui nascida e cuja utilização na vida da Colónia é um problema para o qual de há muito vem sendo chamada a atenção dos dirigentes".  
(*Notícias da Huila*, 07/03/1941:1)

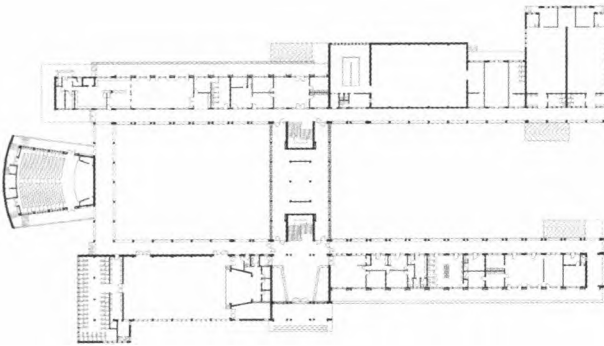
No início de 1950, são construídas duas escolas comerciais e industriais que correspondem a um primeiro modelo desenvolvido pelos arquitectos do Gabinete de Urbanização Colonial para equipamentos de ensino: a Escola Industrial e Comercial Sarmiento Rodrigues para Nova Lisboa<sup>(26)</sup> (Alberto Braga de Souza, 1952) [Fig. 2], e a Escola Comercial e Industrial de Luanda<sup>(27)</sup> (José Manuel Galhardo Zilhão, 1952) [Fig. 3]. Os dois edifícios, que mantêm afinidades entre si apesar de assinados por arquitectos diferentes, conjugam um certo atavismo figurativo - representado pela torre que, em cada um, marca o acesso principal - com uma estrutura dinâmica, decorrente da organização funcional em planta. Estas realizações contribuem para fixar um ideário estético e programático associado aos equipamentos públicos promovidos pelo Estado Novo neste período.

<sup>(26)</sup>Actual Instituto Politécnico do Huambo.

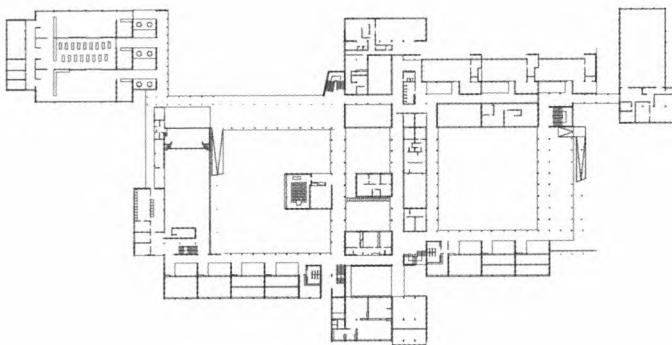
<sup>(27)</sup>Actual Instituto Médio Industrial de Luanda.



**1956 - Escola Técnica Elementar de Silva Porto**  
Fernando Schiappa de Campos/GUU



**1958 - Escola Comercial do Lobito**  
Fernando Schiappa de Campos/GUU



**1964- Escola Técnica Elementar, Luanda**  
Manolo Potier

Figura 1 - Evolução das plantas nos equipamentos escolares em Angola, redesenho: Débora Félix e Bruno Macedo/ PTDC/AURAQI/104964/2008.



Figura 2 - Escola Industrial e Comercial Sarmiento Rodrigues para Nova Lisboa, actual Instituto Politécnico do Huambo, Alberto Braga de Souza/ /GUU, 1952 [Foto: Luiz Possolo, 1960s].



Figura 3 - Escola Comercial e Industrial de Luanda, actual Instituto Médio Industrial, José Manuel Galhardo Zilhão / GUU, 1952 [Foto: Ana Vaz Milheiro, 2009].



Na continuidade desta experiência, e de modo a corresponder às novas exigências que se colocam com o final da Segunda Guerra, o Gabinete de Urbanização aprofunda métodos racionais de execução dos projectos para os novos equipamentos escolares do ensino secundário. Em 1956, são redigidas as *Normas para as instalações dos Liceus e Escolas do Ensino Profissional nas Províncias Ultramarinas*. Estas abrangem os Liceus e os diversos desdobramentos do ensino profissional, repartido por escolas técnicas elementares (ciclo preparatório); escolas industriais; escolas comerciais (onde pode também ser ministrado o curso de formação feminina); e escolas industriais e comerciais (as três últimas podem estar igualmente associadas ao ciclo preparatório) (Normas, 1956: 2).

O documento é assinado por uma comissão de três elementos: o arquitecto João António Aguiar, à época director do GUU, o engenheiro civil Eurico Gonçalves Machado da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização do MOP em serviço no GUU, e Schiappa de Campos, recentemente admitido como arquitecto tarefeiro. Recém-licenciado da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (ESBAL), Schiappa de Campos defendera a tese de final de curso em 1954, precisamente com um colégio para Torres Novas onde se destacava o recurso a uma linguagem internacional e a um esquema organizativo linear. Tinha ainda exercido o cargo de professor do ensino técnico e preparatório na metrópole. Estas experiências habilitam-no a participar na elaboração das *Normas*. Consequentemente, torna-se um dos profissionais mais solicitados na realização destes projectos, assinando isolado ou em parceria, oito dos 18 processos analisados. Quando não integra a equipa projectista, participa nas Comissões de Revisão que são montadas nesta mesma época para analisar a qualidade dos projectos escolares executados internamente pelo GUU.

Neste documento estratégico pretende-se, como sugere a sua introdução, "constituir programas-base gerais", sem conter "disposições muito rígidas que [possam] retirar interesse ao trabalho do projectista ou restringir a importância dos seus estudos" (Normas, 1956:2). A sua base assenta nos "ensinamentos facultados pela bibliografia sobre construções escolares" e na experiência da JCETS, "principalmente através da consulta dos seus programas-tipo e de alguns dos seus projectos mais recentes". Consideram-se igualmente os programas enviados pelos Governos Gerais de Angola e de Moçambique (Normas, 1956: 4).

Entre os princípios enunciados sobressai o facto de se "omitirem quaisquer disposições de carácter estético", aspecto fundamental na avaliação do nível de ingerência oficial nas definições plásticas. Ressalta-se todavia a "importância dos edifícios em causa e a sua natural contribuição para a feição dos núcleos urbanos a que se destinam" (Normas, 1956: 3), reforçando o papel dominante que as escolas detêm no plano da qualificação urbanística colonial. Valorizam-se as instalações destinadas à MP, "corn que se procura traduzir [...] os propósitos de intensificação da sua actividade no Ultramar" (Normas, 1956: 6) numa atitude análoga ao que se passa no território metropolitano.

Por fim, as *Normas* reflectem o crescimento populacional, consequência de políticas de incentivo migratório, que se verifica entre 1940 e 1950 na generalidade das províncias africanas, com destaque para Angola e Moçambique. É expressivo o esforço em dotar os esquemas arquitectónicos de dispositivos que permitam futuras ampliações ou facilitem a introdução de maior diversidade de cursos, acompanhando a evolução da procura profissional. Limita-se todavia a lotação das escolas a uma população estudantil de 1.000 alunos (Normas, 1956: 7).

Aparentemente, a construção de edifícios escolares está entregue a um pequeno núcleo de técnicos do GUU<sup>(28)</sup>. Entre a geração mais nova que integra o Gabinete, formada depois de 1949, encontram-se envolvidos com estes projectos, para lá de Schiappa de Campos, Eurico Pinto Lopes, formado nesse ano na Escola de Belas Artes do Porto (EBAP) e Luiz Possolo, graduado na ESBAL em 1953. João Aguiar e Lucínio Cruz, cujas assinaturas surgem regularmente a acompanhar a dos mais jovens, são já personagens influentes no Gabinete e muito provavelmente responsáveis pela persistência da linguagem monumental que é imprimida à maioria dos projectos, homogeneizando-os (isto, apesar das *Normas* serem, como vimos, ambíguas quanto a orientações estéticas). Alberto Braga de Souza e José Manuel Galhardo Zilhão aparecem, nesta altura da investigação, apenas ligados às duas escolas comerciais e industriais citadas.

<sup>(28)</sup> Entre 1951 e 1957, encontram-se envolvidos com projectos do GUU os arquitectos Alberto Braga de Souza, António Saragga Seabra, António Sousa Mendes, Eurico Pinto Lopes, Fernando Batalha, Fernando Schiappa de Campos, João António Aguiar, José Manuel Galhardo Zilhão, Leopoldo de Almeida, Lucínio Guia da Cruz, Luiz Possolo e Mário de Oliveira (Milheiro; Dias, 2009: 87).

Os princípios que dominam as *Normas* são de expressão puramente "técnica". Inicia-se a descrição dos diversos componentes programáticos, defendendo uma organização constituída pelo somatório dos diversos elementos arquitectónicos, autonomizados por núcleos de ensino (Normas, 1956:15). Esta distribuição é nitidamente racional e insere-se numa abordagem "moderna". Entre as preocupações inerentes a projectar para os trópicos, em climas húmidos ou secos, estão a insolação e a ventilação transversal. Nas disposições construtivas gerais privilegiam-se alguns parâmetros como a modulação, "por forma a permitir tirar partido económico da repetição" e o recurso a estruturas em betão armado que exige "uma íntima colaboração entre arquitectos e engenheiros" (Normas, 1956: 46). Soluções que envolvam materiais aplicados em paredes, pavimentos e outros revestimentos estão igualmente preestabelecidas.

Não existem indicações quanto ao arranjo das fachadas, elemento potencialmente catalisador do discurso linguístico que se pretende transmitir. No entanto é possível, a partir da descrição de cada projecto, traçar um enquadramento plástico para as soluções que desde 1952 vão caracterizando a produção escolar do GUU.

O Liceu Feminino D. Guiomar de Lencastre<sup>(29)</sup>, desenhado por Lucínio Cruz e Eurico Pinto Lopes a partir de 1954, [Fig. 4] mas finalizado depois da redacção das *Normas*, é um bom exemplo. A sua fachada principal apresenta uma composição simétrica, verificando-se a monumentalização da entrada através da simulação de um pórtico que acompanha os três pisos formados por uma sucessão de galerias sobrepostas, abertas sobre a paisagem urbana da cidade. A leitura da memória descritiva é, todavia, pouco elucidativa quanto a opções estéticas, reflectindo uma cultura moderna de projecto ao afirmar que se procurou "que o desenvolvimento [dos alçados] não só correspondesse às exigências funcionais da planta como também às outras que derivam fundamentalmente das condições locais" (Memória Descritiva, 1956:13)<sup>(30)</sup>.

O enunciado do D. Guiomar de Lencastre é corrente nas demais memórias descritivas dos outros projectos, evidenciando os aspectos "racionais" da composição em detrimento dos estéticos, o que explica que arquitectos de diversas gerações, com diferentes formações e inclinações

<sup>(29)</sup>Actual Escola Secundária Njinga Mbande.

<sup>(30)</sup>Projecto do Liceu de D. Guiomar de Lencastre, Luanda [Trab. 455, AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx 60].



Figura 4 - Liceu Feminino D. Guiomar de Lencastre, actual Escola Secundária Njinga Mbande, Lucínio Cruz e Eurico Pinto Lopes/GUU, Luanda, 1954-1956 [Foto: Ana Vaz Milheiro, 2009].

plásticas pudessem co-existir no mesmo ambiente de trabalho. A sua planta assenta ainda na conformação de pátios fechados, abordagem que tenderá a ser substituída por configurações mais dinâmicas, apoiadas em organizações lineares de génese em FF e suas combinações, sempre estruturadas a partir da distribuição em galeria.

O projecto do D. Guiomar foi reproduzido pelo menos em Benguela, provando a existência de edifícios-tipo disseminados pelas diversas províncias. O esquema compositivo do seu alçado repete-se, com diferenças pontuais, desde o Liceu Norton de Matos, em Nova Lisboa (actual FFuambo) de Fernando Schiappa de Campos, [Fig. 5] até aos antigos liceus moçambicanos de António Enes, em Maputo, e de Pero Anaia, na Beira (os dois últimos, dos mesmos autores do D. Guiomar). O recurso ao duplo pátio, que caracteriza estes equipamentos, aponta para a existência de modelos preestabelecidos. Fiá registo de projectos exactamente iguais, caso das escolas técnicas elementares para as regiões moçambicanas de Nampula e Inhambane, também de 1956, que surgem



Figura 5 - Antigo Liceu Norton de Matos, Fernando Schiappa de Campos/  
/GUU, Nova Lisboa, actual Huambo, 1957 [Foto: Luiz Possolo, 1960s].

como um aperfeiçoamento do edifício escolar para a cidade angolana de Silva Porto (actual Kuíto), ligeiramente anterior<sup>(31)</sup> e que por sua vez repete o esquema do anteprojecto para a Escola Técnica Elementar de Malange de 1955.

A Escola Técnica Elementar Silva Porto destinada a 360 alunos reflecte a estratégia de implementação de um sistema educativo em rede. A sua concretização é justificada tendo em consideração um plano estratégico de ocupação territorial, como se refere no item "Função regional e possibilidades de desenvolvimento", ao reconhecer-se que embora "o desenvolvimento citadino não se [tenha] operado na escala das outras cidades de Angola [...] a função administrativa e regional [...] deixa-lhe antever possibilidades de um considerável incremento populacional"

<sup>(31)</sup> Projecto da Escola Técnica Elementar para Silva Porto [Trab. 487, AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx 36].

(Memória Descritiva, 1956: 2)<sup>(32)</sup>. Como se verifica na maioria destes projectos, não "há local ainda definitivamente escolhido para a [sua] implantação". Espera-se contudo que o lote apontado pelo Governo da província permita "satisfazer as condições base que orientaram o projecto: terreno sem desníveis acentuados e orientação dos corpos de aula a Norte ou a Sul" (Memória Descritiva, 1956: 2). A distribuição do programa gera um conjunto edificado composto por "um grande bloco de dois pisos, onde estão instaladas a administração e as aulas, um anexo que se desenvolve na extremidade do lado direito, destinado às oficinas, e um corpo que se insere no eixo da entrada do lado norte, onde se situam os serviços gerais, comuns a alunos e alunas" (Memória Descritiva, 1956: 6). A área destinada a recreio é igualmente um componente programático relevante, dadas as características do clima. Em escolas de menor dimensão, como a de Silva Porto, aproveitam-se para recreios cobertos, "as galerias do R/C e para recreio ao ar livre toda a zona livre do talhão reservado à escola e que deverá ser convenientemente arborizada" (Memória Descritiva, 1956:10). Prevêem-se campos para o exercício da educação física, pistas para o salto em comprimento, triplo salto e salto à vara, salto em altura, corrida de velocidade, e campos para a prática de hóquei em patins, voleibol, basquete e ténis (Memória Descritiva, 1956:11). São também cogitadas as possibilidades de expansão quer em altura como em superfície horizontal. Quanto ao aspecto geral do edifício, admitem os seus projectistas, Schiappa de Campos e Lucínio Cruz, que "se possa considerar característico não só em relação ao local para onde se destina como também em relação à função que irá desempenhar" (Memória Descritiva, 1956:14). A cobertura é em telhado.

O maior indício de que se trata de um projecto-tipo advém do facto de, apesar da memória descritiva ser assinada e datada de Maio de 1956, os desenhos ostentarem uma data anterior, de Novembro de 1955, e uma assinatura ilegível (provavelmente do desenhador). Esta data surge noutros projectos com características semelhantes. Qualquer referência à existência de um projecto-tipo é contudo omitida na memória descritiva, embora Schiappa de Campos tenha testemunhado

<sup>(32)</sup>Os censos reforçam a quase inexistência de uma população europeia: "A população civilizada da cidade era em 1940 de 1.555 indivíduos e em 1950 de 1.726. No concelho a população correspondente era em 1940 de 4.666 e em 1950 de 3.339" (Memória Descritiva, 1956:1).

posteriormente que era prática corrente no GUU, dada a necessidade urgente de equipamentos que se vivia nas regiões coloniais.

A equipa projectista completa-se com as restantes especialidades, comprovando-se que os projectos são remetidos de Lisboa com a informação indispensável à sua concretização no local, exceptuando, na maioria dos casos, os elementos sobre as fundações, geralmente omissos dado o frequente desconhecimento do terreno de implantação. Para a escola de Silva Porto, os estudos das especialidades arrancam em Abril e terminam em Outubro de 1956. É autor do cálculo de estabilidade, o engenheiro civil João Pedro Lucas; e da instalação eléctrica, concluída em Junho, o engenheiro electrotécnico José Francisco Duarte Ferreira. Este exemplo ilustra assim a sequência de procedimentos vulgarmente seguidos no GUU.

Uma excepção neste panorama homogéneo é a evolução que sofre a Escola Comercial do Lobito em dois anos, sinalizados entre o primeiro projecto de Schiappa de Campos e de Lucínio Cruz, de 1958, e o último de Possolo, já de 1960. Uma vez mais, as memórias descritivas que acompanham as duas propostas não divergem significativamente em dados e descrições. Neste caso, existe já um lote reservado no âmbito do "Plano de Urbanização da cidade do Lobito, estudado pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar em 1954 [...] num dos limites da zona residencial do Compão, próximo duma das artérias de penetração da cidade e dum apeadeiro do caminho de ferro" (Memória Descritiva, 1958:2)<sup>(33)</sup>. O terreno mantém-se rigorosamente o mesmo na segunda proposta.

As diferenças de desenho pressupõem abordagens projectuais distintas, ainda que tanto Possolo como Schiappa de Campos não só pertencessem à mesma geração como tivessem beneficiado de uma formação específica na escola britânica Architectural Association, onde cursaram durante a década de 1950 estudos sobre arquitectura tropical ministrados por docentes de formação moderna (Milheiro; Dias, 2009:87-88). A primeira indicação dessa diferença é muito subtil e ocorre na designação das peças desenhadas. O projecto da dupla Schiappa/ Cruz segue ainda as designações convencionais na identificação dos quatro alçados: principal, posterior, lateral direito e lateral esquerdo.

<sup>(33)</sup> Escola Comercial do Lobito [Trab. 482 e 482/1, AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx. 45].

Os desenhos de Possolo recusam qualquer hierarquização, assinalando as fachadas a partir dos pontos cardeais: norte, sul, nascente e poente.

Mas é ao nível da organização espacial, que se reflecte em planta, que se percebe a maior "modernidade" da solução de Possolo. Ao invés de implantar dois corpos paralelos, como é sugerido pela proposta de 1958, prefere imprimir uma maior dinâmica construtivista ao edifício, desalinhando os três blocos horizontais que acolhem o programa e que são unidos por uma galeria de distribuição que os intercepta. Nos alçados de Possolo, a retórica monumental é substituída por uma linguagem mais abstracta, decorrente do sistema construtivo. É significativo que este último projecto para equipamentos escolares promovido pelo GUU, quando é já designado por Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação (DSUH), ainda que sob a tutela do MU, anuncie uma viragem estilística nas orientações até então praticadas pelo Gabinete.

A década de 1960 traz novas e importantes alterações, designadamente a diminuição das solicitações de novos projectos por parte dos governos provinciais ao Gabinete sediado em Lisboa. A Lei Orgânica do MU, promulgada pelo Decreto-Lei n.º 47.743, de 2 de Junho de 1967, atribui gradualmente um papel "consultor" à Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações (DGOPC) onde está inserida a DSUH para onde os técnicos do Gabinete transitam (Milheiro; Dias, 2009: 89). As repartições locais de Obras Públicas ganham autonomia com a presença crescente de profissionais especializados nos territórios africanos. Paradoxalmente, o início da Guerra Colonial que se instala em Angola em 1961 acelera um surto de desenvolvimento incentivado pelo governo de Salazar que se reflecte em investimentos económicos e na infra-estruturação crescente resultante da promoção de obras públicas e privadas.

É neste contexto que se assiste à entrada definitiva de um léxico moderno nas escolas projectadas por arquitectos fixados em Angola, casos do projecto-tipo para Escolas Técnicas Elementares em Luanda<sup>(34)</sup>, de 1964, de Manolo Potier; do Liceu Nacional do Lobito ou Almirante

(34) Foram localizados dois estabelecimentos de ensino em Luanda, construídos a partir do projecto de Potier: Escola N'gola Mbandi, município do Rangel, Bairro do Rangel (exteriormente, encontra-se conforme o original) e Escola Secundária N'gola Kanini, município do Kilamba Kiayi (funciona com 5ª e 6ª Classes, tendo já sofrido ampliações) [Informações fornecidas pela arquitecta Maria João Faria, Núcleo de Estudos da Universidade Lusíada de Angola (08/07/2011)].



Lopes Alves<sup>(35)</sup>, de 1966, de Francisco Castro Rodrigues; ou do Liceu Nacional Paulo Dias de Novais<sup>(36)</sup>, também localizado em Luanda, de Sabino Correia, realizado entre 1969 e 1972. Os três edifícios correspondem à maturidade da linguagem moderna no quadro geral da cultura arquitectónica portuguesa. Em África, o desenvolvimento que esta cultura atinge em plenos anos de 1960 é possível dada a distância da metrópole e dos debates que aí a classe profissional trava. Os círculos locais são assim poupados ao processo de revisão do Movimento Moderno que Portugal vive depois de 1957 e que interrompe o recurso a uma expressão mais "heroica". De algum modo, estas concretizações assinalam a etapa final deste tipo de equipamentos realizados durante o período colonial. Os edifícios de promoção pública abandonam progressivamente um ideário monumental para aderirem a uma linguagem mais abstracta e por isso de maior modernidade.

As escolas de Manolo Potier arquitecto radicado na cidade entre 1959 e 1975 (Milheiro, 2010) organizam-se segundo uma estrutura modular, que permite futuras ampliações sem alterar "o ponto de vista estético" (Memoria Descritiva, 1964: 5)<sup>(37)</sup>, distribuindo-se por dois pisos e em torno de dois pátios. Com um programa muito completo, separação por géneros, oficinas, ginásio, instalações da MP, etc., são "dotada[s] de três anfiteatros", sendo um deles "anexo a um Museu de Ciências-Geográfico-Naturais" (Memória Descritiva, 1964: 3). Possuem ainda um recreio coberto e rampas que substituem as escadas enquanto elementos de circulação vertical. Os diferentes conteúdos repartem-se por cinco blocos programáticos (de A a E), sugerindo uma composição dinâmica, todavia uniforme. As coberturas são então planas, compostas por "placas de betão devidamente isoladas e impermeabilizadas [...] exceptuando o bloco de oficinas [coberto por] placas de fibrocimento sobre estrutura [metálica] tipo 'SHED'". Segundo se esclarece, são colocados pontualmente "paramentos de grelhagens cerâmicas [...] da cor natural dos elementos que as constituem" (Memória Descritiva, 1964: 7). O recurso a materiais industriais reforça o sentido utilitário do conjunto transmitindo, como em outros edifícios que Potier constrói

<sup>(35)</sup>Actual Escola Secundária Comandante Saydi Mingas.

<sup>(36)</sup>Actual Escola Secundária Ngola Kiluandio.

<sup>(37)</sup> Projecto Escola Técnica de Luanda João Crisóstomo, Manolo Potier, 1964 (IPAD: 1455)

na capital angolana no mesmo período, o domínio de uma linguagem moderna corrente. Da leitura da Memória Descritiva depreende-se que o arquitecto tem grande responsabilidade na elaboração final do programa, analisando o quadro de necessidades de forma crítica. A perspectiva que sintetiza o projecto mostra o desejo de uma cidade edificada segundo princípios funcionais e constituída por blocos modernos, como será o liceu que Sabino Correia desenha pouco depois.

No Liceu do Lobito, Castro Rodrigues, [Fig. 6] residente nesta cidade a sul da capital angolana desde 1954, propõe igualmente um projecto de programa ambicioso que não será concluído<sup>(38)</sup>. Do conjunto concretizam-se dois corpos longitudinais de aulas e o volume administrativo.



Figura 6 - Liceu Nacional do Lobito ou Almirante Lopes Alves, actual Escola Secundária Comandante Saydi Mingas, Francisco Castro Rodrigues, 1966 [Foto: Ana Vaz Milheiro, 2009].

<sup>(38)</sup>No total, o novo liceu deveria ser constituído por 14 blocos: "dois corpos de aulas, biblioteca, anfiteatro para música e canto coral, campos de desporto e recreio, dois ginásios que seriam telheiros, para fazerem ginástica ao ar livre, piscina, apoio a alunos e salão de festas [...], habitação para reitores, jardins, etc." (Rodrigues, 2009: 399/457).

Os blocos de aulas, com três pisos, erguem-se sobre pilotis (fornecendo a área coberta para recreio); são filtrados por grelhagens e possuem galerias de distribuição que protegem igualmente as salas do excesso de insolação. Janelas são abertas nas grelhagens, recordando algumas soluções popularizadas pela arquitectura brasileira que Castro Rodrigues admira e divulga<sup>(39)</sup>. A ventilação cruzada é um dos princípios que gere o desenho, cujo resultado, apesar da sua plasticidade, se pretende "técnico". Há inclusão de novos materiais, como o revestimento das fachadas laterais, ou de práticas renovadas, também vulgarizadas pelos brasileiros, como a utilização de calçada no piso térreo. A horizontalidade que caracteriza a composição geral é somente quebrada pelas caixas de escadas. Um total domínio das condições climáticas locais, mas também da ideia de "modernidade" transparece no artigo "Um liceu ao ar livre", de Canhão Bernardes, publicado em *A Província de Angola*, a 11 de Abril de 1967: "No moderno urbanismo, não se pode esquecer o ponto de vista aéreo" (Bernardes in Rodrigues, 2009: 403).

O Liceu luandense de Sabino Correia, [Fig. 7] cuja implantação se inscreve na tradição moderna das estruturas construtivistas e da Bauhaus, adequa-se melhor ao comentário de Bernardes. É construído no sector escolar, respeitando a visão funcionalista que domina o planeamento das cidades africanas portuguesas da época. Ao contrário da escola do Lobito, formada por volumes independentes, no caso do Paulo Dias de Novais, o arquitecto privilegia uma ideia de unidade, traçando três blocos longitudinais de três pisos, interceptados por um transversal. Se em planta o conjunto é dotado de alguma dinâmica, em alçado mantém maior estaticidade. Alguns elementos, como o corpo do anfiteatro, não são construídos. Recorre-se a soluções que se tornam entretanto correntes, como a fachada sul protegida por *brise-soleil*, em oposição ao alçado norte onde a largura das galerias de distribuição garante menor exposição solar. A insistência "atávica" (na perspectiva da metrópole) nos pilotis, que elevam todo o conjunto, reforça a adequação visceral do moderno às regiões tropicais.

<sup>(39)</sup>Na exposição *Arquitectura Moderna Brasileira* que Castro Rodrigues apresenta no Lobito em Junho de 1961, um dos projectos mostrados é o parque Guinle, e os edifícios Nova Cintra, Bristol e Caledónia, de Lúcio Costa de solução análoga (Rio de Janeiro, 1948-1954). (Rodrigues, 1961: s.p).

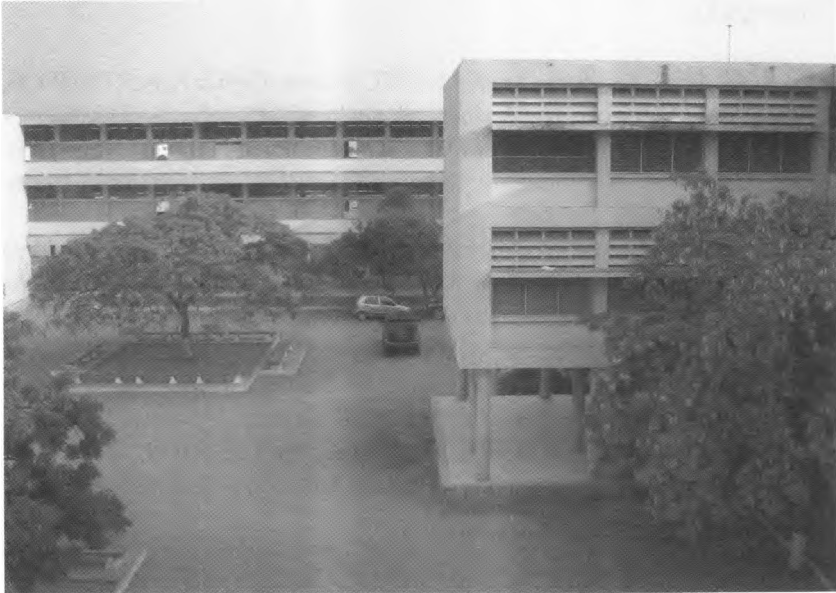


Figura 7 - Liceu Nacional Paulo Dias de Novais, actual  
Escola Secundária Ngola Kiluandio, Sabino Correia, Luanda 1969-1972  
[Foto: Ana Yaz Milheiro, 2009]

É portanto dentro de um panorama de continuidade que estes três últimos edifícios surgem, reflectindo a instalação definitiva de uma cultura moderna que permanecerá associada aos espaços de ensino. O seu desenvolvimento conheceu três fases numa evolução que aqui se procurou expor. Uma primeira expressão nacionalista, vinculada ainda à metrópole através da representação ideal de uma arquitectura evocativa da Pátria Mãe. Um segundo período de institucionalização desse mesmo imaginário mediante a manipulação de uma linguagem monumentalizada. Finalmente, assumindo o desígnio moderno que normalmente antecipa o nascimento das nações novas.

**Agradecimentos:** Ana Cannas, Manuela Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino, Margarida Lages, Paulo Gonçalves, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Joana Brites, Gonçalo Canto Moniz, Carla Dias, Jorge Nunes, Débora Félix, Hugo Coelho, Maria João Faria, Núcleo de Estudos da Universidade Lusíada de Angola.

## Bibliografia

- AGUIAR, João António; MACHADO, Eurico Gonçalves; CAMPOS, Fernando Schiappa de, *Normas para as instalações dos Liceus e Escolas do Ensino profissional nas províncias ultramarinas*, Lisboa, Ministério do Ultramar, Gabinete de Urbanização do Ultramar, 1956 [texto policopiado].
- ALBUQUERQUE, António Manuel da Silva e Souza, *Arquitectura Moderna em Moçambique, inquérito à produção arquitectónica em Moçambique nos últimos vinte e cinco anos do império colonial português 1949-1974*, Coimbra, Prova Final, Departamento de Arquitectura FCTUC, 1998.
- ALEGRE, Maria Alexandra de Lacerda Nave, *Arquitectura Escolar. O edifício Liceu em Portugal (1882-1978)*, Lisboa, Dissertação para a Obtenção do Grau de Doutor em Arquitectura, IST-UTL, 2009.
- CAVALCANTI, Lauro, *Quando o Brasil era Moderno - Guia de Arquitectura 1928-1960*, Rio de Janeiro, 2001.
- Cidade do Lobito-aqui se continua Portugal, edição comemorativa da visita de Craveiro Lopes à Província de Moçambique*, Jornal Lobito, 1956.
- CORREIA, Miguel Anacoreta (Coord.), *Viva a Malta do Liceu! Liceu Nacional Salvador Correia, uma memória de 90 anos*, Lisboa, Associação dos Antigos Alunos do Liceu Salvador Correia, Pangeia Editores; Luanda, Chá de Caxinde, 2009.
- FERNANDES, José Manuel, *Para o Estudo da Arquitectura e do Urbanismo no espaço ultramarino português, no século XX - alguns temas sobre Angola e Moçambique*, Lisboa, Candidatura a Provas de Agregação, FA-UTL, 1999.
- FERNANDES, José Manuel, *Geração Africana - Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.
- FERNANDES, José Manuel, "O arquitecto do Lobito", *Expresso, Actual*, 18/02/2006, pp. 42-43.
- FERREIRA, André Faria, *Obras Públicas em Moçambique - inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2008.
- FONTE, Maria Manuela Afonso de, *Urbanismo e Arquitectura em Angola - de Norton de Matos à Revolução*, Lisboa, Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, FA-UTL, 2007.
- GOODWIN, Philip L., SMITH, G.E. Kidder, *Brazil Builds - Architecture New and Old 1652-1942*, New York, The Museum of Modern Art, 1943.

- MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo*, Lisboa, Edições Educa, 2003.
- MILHEIRO, Ana Vaz, "Territorios de Sonho para a Arquitectura Portuguesa, Modelos e Miscigenação", AAW, *Urbanidade e Património*, Lisboa, IGAPHE, URBE, 1998, pp. 19-41.
- MILHEIRO, Ana Vaz, *A Construção do Brasil - Relações com a Cultura Arquitectónica Portuguesa*, Porto, FAUP Publicações, 2005.
- MILHEIRO, Ana Vaz, "O Brasil Moderno e a sua influencia na Arquitectura Portuguesa: a Tradição em Brazil Builds (1943) e o seu reflexo no Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal (1955-1961)", in MOREIRA, Fernando Diniz, *Arquitectura Moderna no Norte e Nordeste do Brasil: universalidade e diversidade*, Recife, DOCOMOMO, PE, 2007, pp. 107-128.
- MILHEIRO, Ana Vaz, "As coisas não são o que parecem que são". *Opúsculo 15 – Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura*, Porto, Dafne Editora, Novembro 2008.
- MILHEIRO, Ana Vaz, "Castro Rodrigues, o arquitecto do Lobito", *JA - Jornal Arquitectos*, n° 234, Jan.-Abr. 2009, pp. 13-15.
- MILHEIRO, Ana Vaz, "No Mundo do Futuro - uma creche para São Tomé por Pedro Reis", in DIAS, Manuel Graça (comissário), *Cinco Áfricas, Cinco Escolas*, 8ª Bienal Internacional de Arquitectura de São Paulo - Representação Oficial Portuguesa, Lisboa, Ministério da Cultura, Direcção Geral das Artes, 2009, pp. 116-123.
- MILHEIRO, Ana Vaz, "Experiencias em Concreto Armado na África Portuguesa: Influências do Brasil", *Pós - Revista do Programa de Pós-Graduação e Urbanismo da FAUUSP*, n° 25, Jun. 2009, pp. 56-79.
- MILHEIRO, Ana Vaz, "Manolo Potier, o arquitecto violinista", *JA-Jornal Arquitectos*, n° 241, Out.-Dez. 2010, Ser Belo, pp. 104-109.
- MILHEIRO, Ana Vaz; DIAS, Eduardo Costa, "Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização Colonial (1944-1974)", *arq.urb*, Revista electrónica de Arquitectura e Urbanismo, n° 2,2009 ([http://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_02/artigo\\_ana.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_02/artigo_ana.pdf)).
- MILHEIRO, Ana; FIGUEIRA, Jorge, " *A Joyous Architecture: as exposições de Arquitectura Moderna Brasileira em Portugal e a sua influencia nos territorios português e africano*", in 8º *Seminário Docomomo Brasil, Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes*, Rio de Janeiro, 1-4 Set. 2009 [editado em CD].

- MONIZ, Gonçalo Canto, *Arquitectura e Instrução, o projecto moderno do Liceu, 1836-1936*, Coimbra, Ed.Arq, 2007.
- "Porquê? Mistério que é necessário desvendar", *Noticias da Huila*, 07/03/1941, n° 888, pp. 1-3.
- RIBEIRO, Ana Isabel de Melo, *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1953*, Porto, FAUP Publicações, 2002.
- RODRIGUES, Francisco Castro, "A Arquitectura Moderna Brasileira", Palestra proferida pelo Senhor Arquitecto Francisco Castro Rodrigues, no dia 13 de Junho de 1961, integrada na Jornada Luso-Brasileira levada a efeito de colaboração com o Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros, na Cidade do Lobito [texto policopiado].
- RODRIGUES, Francisco Castro, "O Betão Nú e o Lobito", *Divulgação - Boletim da Câmara Municipal do Lobito*, primeiro semestre, 1964, pp. 3-9.
- RODRIGUES, Francisco Castro, *CV, Azenhas do Mar*, 2001 [texto policopiado, recortes e manuscritos].
- RODRIGUES, Francisco Castro, *Um Cesto de Cerejas, Conversas, Memórias, urna vida*. Org. e introd. de Eduarda Dionisio, Lisboa, Casa da Achada, 2009.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de, *Dicionário de Historia do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Bertrand Editora, 1996.
- SANTOS, Martins dos, *Cultura, Educação e Ensino em Angola*, [Edição electrónica, 1998] <http://reocities.com/Athens/troy/4285/ensino.html>.
- SIMÕES, João, "A Profissão de Arquitecto nas Colonias", in Sindicato Nacional dos Arquitectos, *Actas do I Congresso de Arquitectura*, Lisboa, SNA, 1948, pp. 147-150.